

EIXO TEMÁTICO 2: CONSERVAÇÃO

O CINE TEATRO MUNICIPAL DE BARBALHA – CE: UMA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO**SOUZA, FABIANA TELES DE (1)**

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará - PPGAU+D-UFC, fabianateles@alu.ufc.br

FREIRE, GIOVANNA GARCÊZ (2)

2. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura Universidade de Lisboa, FA-U Lisboa, giovanna.garcez@fapce.edu.br

RESUMO

A cidade de Barbalha possui apelo cultural presente em diversos grupos culturais e é reconhecida pelas comemorações realizadas anualmente ao padroeiro da cidade. O objetivo deste trabalho é o desenvolvimento de uma proposta de requalificação para o Cine Teatro Municipal Neroly Filgueira, de forma que atenda às novas demandas físicas, tecnológicas e sociais para que o edifício passe a servir a população de forma efetiva. Justificado a necessidade pela constatação da deterioração do imóvel institucional pertencente ao município de Barbalha. A metodologia para análise da edificação utilizada no trabalho é baseada na proposta desenvolvida no grupo de pesquisa Restauração e Preservação do Patrimônio edificado da universidade Federal do Rio de Janeiro. A proposta para elaboração do diagnóstico se dá em duas vertentes, na primeira etapa se estuda o edifício como parte do contexto histórico em que está inserido e na segunda fase o objeto físico é analisado através de levantamento arquitetônico incluindo seu entorno. Com este trabalho, espera-se propor um equipamento público que contribua para preservar a história da cidade que o bem patrimonial possa ser utilizado como alternativa de lazer e aprendizado tanto pela população local como turistas e visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio; cine teatro; requalificação, Barbalha.

THE MUNICIPAL THEATER OF BARBALHA - CE: A REQUALIFICATION PROPOSAL

ABSTRACT

The city of Barbalha has cultural appeal present in several cultural groups and is recognized by the celebrations held annually by the city's patron saint. The objective of this work is the development of a requalification proposal for the Cine Teatro Municipal Neroly Filgueira so that it meets the new physical, technological and social demands for the building to serve the population effectively. The need is justified by the deterioration of the institutional building belonging to the city of Barbalha. The methodology used to analyze the building is based on the proposal developed by the research group Restoration and Preservation of the Built Heritage of the Federal University of Rio de Janeiro. In the first phase, the building is studied as part of the historical context in which it is inserted. In the second phase, the physical object is analyzed through an architectural survey, including its surroundings. With this work, it is expected to propose public equipment that contributes to preserving the history of the city and that the heritage asset can be used as an alternative for leisure and learning by the local population as well as tourists and visitors.

KEYWORDS: *heritage; cine theater; requalification, Barbalha*

INTRODUÇÃO

Nascida nas terras particulares do Capitão Francisco Magalhães Barreto Sá, com grande expectativa de prosperidade econômica, a comunidade de Barbalha se desenvolveu ao redor da capela construída pelo fundador levando a formação de um pequeno arraial. Posteriormente passou por processo de tornar-se freguesia, um distrito subordinado à localidade de Crato, o município foi desmembrado e Barbalha foi considerada cidade a partir da Lei 1740 de 30 de agosto de 1876, após ter passado trinta anos como vila.

A cidade é reconhecida culturalmente pelas comemorações realizadas anualmente ao Padroeiro da cidade, Santo Antônio, com a festa tradicional e popular conhecida como Pau da Bandeira de Santo Antônio. A celebração foi registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrita no livro de Registro das Celebrações, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 2015.

Com um apelo cultural presente também nos grupos de reisados, lapinha, capoeira, bandas cabaçais e quadrilhas juninas, de acordo com a pesquisa MUNIC, o governo municipal apresenta políticas públicas de valorização cultural, cujos objetivos são: Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população, ampliar o grau de participação social nos projetos culturais, integrar a cultura ao desenvolvimento local e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural (IBGE, 2014). Segundo dados do IBGE, mesmo com o município possuindo política de valorização cultural, a assistência para montagem de peças teatrais e a publicações culturais não são hábitos que a instituição municipal apoia financeiramente.

O Cine Teatro Municipal foi adquirido pelo poder público e reinaugurado em 1988, assim como outros prédios históricos que se encontram abandonados ou descaracterizados. O Cine Teatro Municipal Neroly Filgueira Sampaio tem sido utilizado muito pouco, os eventos acontecem em grandes intervalos de tempo, com a função de cinema tendo sido esquecida por falta de estrutura na edificação capaz de atender a essa atividade de forma mais constante, impossibilitando o desenvolvimento de uma programação adequada à função do prédio.

Desta forma, o objeto de estudo deste trabalho será o projeto de requalificação do Cine Teatro Municipal Neroly Filgueira, através de um projeto de reforma desta edificação de valor histórico. O recorte adotado é o centro da cidade, onde a área física do projeto será a edificação que compreende o cine teatro, a loja em anexo, desconsiderando o pavimento superior da loja, por tratar-se de uma residência que mantém seu uso de acordo com o que foi construído, e o entorno direto, no fundo a travessa Tabajara, á frente Rua do Vídeo e na esquina com a Rua Dom Pedro I.

A ideia de utilizar uma edificação institucional para o trabalho partiu de um estudo prévio sobre a cidade, produzido no grupo de pesquisa GISFAP, 2019- Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas de Informação Geográfica da Faculdade Paraíso do Ceará - FAPCE, onde o município de Barbalha é a base para a construção de conteúdo científico. Desta forma, surgiu à reflexão sobre relacionar o patrimônio edificado à cidade, e construir uma relação entre ambos baseados no fato da cidade possuir um vasto acervo histórico material e imaterial. Entendendo o imóvel como um elemento de memória do local, ressalta-se a localização no centro do município, se conectando diretamente com a via mais tradicional da cidade a Rua do Vídeo.

O uso de bens patrimoniais é um fator significativo para o desenvolvimento de uma sociedade consciente de sua própria história e valorizadora de seus bens históricos. As atividades desenvolvidas em uma edificação pública que fez parte da história do desenvolvimento da indústria cinematográfica da região do Cariri possam refletir diretamente na valorização da produção de filmes no território Caririense.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é o desenvolvimento de um projeto de requalificação para o Cine Teatro Municipal Neroly Filgueira, de forma que atenda às novas demandas físicas, tecnológicas e sociais para que o edifício passe a servir a população de forma efetiva. Tem-se ainda como objetivos específicos buscar por alternativas para atender as condições de conforto que sejam adequadas para um local com dupla atividade voltada para o entretenimento, entender o processo histórico da cidade e do edifício, sua relação com o entorno e acessos para entrada do prédio, entender como funcionam os processos de revitalização em edificações antigas e aplicar no projeto desenvolvido e entender como Cinema Teatro pode influenciar na valorização da cultura local, entendendo que cidade funciona como polo criativo e de desenvolvimento cultural regional.

Para alcançar tais objetivos a metodologia utilizada no trabalho é baseada na proposta desenvolvida no grupo de pesquisa RestauArq – Restauração e Preservação do Patrimônio edificado, do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A proposta para elaboração do diagnóstico se dá em duas vertentes, a primeira estuda o prédio enquanto objeto histórico e a segunda enquanto objeto físico, seguindo em duas respectivas etapas (RIBEIRO, 2003, p.4).

Na primeira etapa se estuda o edifício como parte do contexto histórico em que está inserido. O entendimento como objeto histórico se dá através de levantamento histórico e artístico; levantamento da história da edificação, levando em consideração sua construção e alterações, levantamento iconográfico e da legislação de patrimônio (RIBEIRO, 2003, p.4). Para o estudo do prédio como objeto histórico foram realizadas pesquisas bibliográficas em fontes secundárias, dossiês e artigos que citam o desenvolvimento urbano local. Ainda foram realizadas pesquisas para a compreensão do processo histórico do edifício dentro da cidade e o seu desenvolvimento, as reformas e a relação com a memória da população, e a identificação de sua importância no contexto cultural.

Na segunda etapa executaram-se levantamentos realizados no edifício, devidamente acompanhados de levantamento fotográfico. Nesta fase, o objeto físico foi analisado através de levantamento arquitetônico e de suas instalações, incluindo o edifício, o entorno, estrutura, e observações acerca do estado de conservação (RIBEIRO, 2003, p.5). Na busca para compreender a edificação como objeto físico foi realizado levantamento fotográfico da edificação e do entorno para registrar as condições em que o prédio se encontra. Foi realizada visita no local escolhido no intuito de identificar eventuais problemas que possam interferir na qualidade do espaço.

A busca em fontes primárias, livros, foi realizada para construção do referencial teórico que embasará o projeto, de autores referência no estudo do patrimônio histórico. Quanto à investigação bibliográfica em fontes secundárias, foi realizado o levantamento em busca de trabalhos desenvolvidos anteriormente com temas voltados à preservação, restauração e revitalização do patrimônio edificado, incluindo a legislação municipal e as Cartas Patrimoniais disponibilizadas pelo IPHAN. A pesquisa bibliográfica também foi voltada para a história da cidade e do prédio através de livros, artigos de historiadores da região. Espera-se que este trabalho possa estimular a discussão sobre a preservação do patrimônio material em Barbalha e em todo o Cariri, através da pesquisa e do desenvolvimento de revitalização, que sirva de provocação no intuito do crescimento desse tipo de trabalho na região para valorização do acervo existente na região.

DESENVOLVIMENTO

Patrimônio histórico

Os estudos sobre patrimônio histórico passaram a ser considerados relevantes nos séculos XVIII e XIX onde surgiu de maneira mais clara no continente europeu e se difundiu por vários países ao redor do mundo. A palavra Patrimônio originalmente está associada a bens de família, que são transmitidos de pais para filhos por herança. O Significado da palavra, no entanto, foi se ampliando, de acordo com François Choay (2000), pode-se saber que a palavra foi requalificada por seu uso acompanhado de diversos adjetivos, como “genérico, natural, histórico e etc.” (CHOAY, 2000, p.11). Ele ainda define o termo patrimônio histórico como uma expressão que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua presença comum ao passado (CHOAY, 2000, p.11). A carta de Atenas de 1933 relaciona o termo aos acontecimentos relacionados à vida de uma cidade, onde esta se manifesta através de “obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma” (ATENAS, 1933, p.25), ao longo dos séculos como testemunhos do passado, seja por seu valor histórico ou sentimental.

Ainda na década de 1930 o termo patrimônio histórico foi utilizado para referir-se mais diretamente a este tema relacionado aos antigos conceitos de monumentos e monumentos históricos. De acordo com Choay (2000, p.17), podemos entender monumentos como qualquer artefato ou conjunto destes edificados por uma comunidade de indivíduos com a função simbólica de lembrar algo à sociedade, mobilizando através de uma relação de afetividade referente à lembrança ao passado. Em contrapartida os monumentos históricos são

entendidos como edificações ou conjunto que não foram construídas no intuito de criar uma memória intencional, não foram desejados inicialmente como os monumentos, mas que em consequência de fatos ocorridos associados a essas edificações foram escolhidas por causa de seu valor histórico ou estético atribuído a elas (CHOAY, 2000, p.17).

Segundo Choay (2000, p.20) o reconhecimento do patrimônio em termos de arquitetura edificada ocorre pela aceitação de um grupo ou pelo próprio Estado como algo que lhe é próprio, associado a sua história e, portanto, capaz de definir sua 'identidade'. Para Riegl segundo Kuhl (2005, p.20), monumentos históricos eram não apenas "obras de arte" mais qualquer obra humana com certa antiguidade (para ele, qualquer obra com mais de sessenta anos, que equivale ao distanciamento crítico de duas gerações).

No Brasil, com o decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 a percepção de Patrimônio Histórico começou a difundir-se através da iniciativa do poder público, onde em seu artigo primeiro descreve os elementos que constituem o patrimônio artístico nacional como: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p.3)

Neste mesmo período ocorreram às primeiras conferências internacionais que apresentam conceitos e diretrizes para ações administrativas em relação à preservação e conservação do patrimônio, que resultaram em documentos conhecidos como cartas patrimoniais. O evento inicialmente somente participavam países europeus, mas que com o tempo outros países passaram a integrar o grupo. Como resultado da primeira conferência com a inclusão de países não europeus, a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), discorre sobre conceitos e definições essenciais para elaboração de princípios para conservação e restauração dos monumentos antigos, que atendam a um plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições. No texto aprovado em maio de 1964, define em seu artigo primeiro: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS, 1964, p.1)

A percepção de valor histórico, assim como do termo patrimônio, está sendo ajustada ao longo do tempo e entendida através das percepções e necessidades da sociedade, que evolui e muda de forma constante com o decorrer do tempo. A nível mundial é possível perceber um aumento da preocupação diante do tema, o que gera necessidade do debate contínuo para melhor proteção da identidade histórica das sociedades.

Cada cidade possui seu próprio patrimônio histórico e cultural, cada comunidade ou indivíduo carrega consigo uma memória do local ao qual pertence ou se identifica, o que torna o bem mais ou menos importantes para os seus moradores. Assim, o patrimônio edificado de cidades de menor porte, apesar de ser considerado simples em relação às grandes cidades de interesse nacional, não deve ser menosprezado, já que constitui uma forma de cultura local, que faz parte da história e deve ser valorizado.

A cidade de Barbalha possui uma gama de edificações que fazem parte da história do município. Alguns desses prédios passaram pelo processo de inventariado, ficando arquivados na secretaria de Cultura do município Porém, por causa da pouca valorização e falta de políticas de proteção a estes bens, atualmente, restam poucas edificações preservadas e muitas se encontram em via de degradação. Desta forma, a edificação tratada neste trabalho será considerada Patrimônio Histórico da cidade de Barbalha por configurar um testemunho da memória social da cidade assim como por seu valor arquitetônico, sendo um exemplar da arquitetura local.

Teoria e técnicas de Intervenção

Atualmente, existe um consenso teórico em relação à abrangência das intervenções de preservação de áreas urbanas históricas, que aponta para a obrigatória consideração de fatores materiais e imateriais. Cuidados com fachadas, coberturas, ruas, pavimentações, dentre outros elementos que compõem a paisagem de cidades e bairros históricos, tornaram-se tão importantes quanto os usos característicos

desenvolvidos na região, bem como seus habitantes tradicionais que utilizam e se apropriam, cotidianamente, de espaços públicos e privados (CARLOS, 2010).

“[...] Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar” (ATENAS, 1888,p.).

A carta de Cracóvia (2000,p.2) afirma que conservação do patrimônio arquitetônico, urbano ou paisagístico pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, seja por meio tais como, manutenção, reparação, restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o patrimônio, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro (CRACÓVIA, 2000, p.2). Argan (2000 apud CARLOS, 2010), reforça essa premissa, destacando também como fundamental a necessidade de se manter o conteúdo social de áreas urbanas históricas, de forma que os processos de formação deem continuidade à manutenção dos conjuntos antigos, afirmando que:

A conservação dos antigos conjuntos arquitetônicos está ligada à conservação integral de seu conteúdo social; sua evolução está ligada à possível evolução histórica da antiga função. A substituição do velho conteúdo por um novo, por sua vez, conduziria rapidamente à transformação radical e à ruína das formas antigas. (ARGAN, 2000 apud CARLOS, 2010)

A primeira das recomendações é reconhecer que o patrimônio é composto por elementos tangíveis e intangíveis, e que deve ser considerado “em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro” (ICOMOS, 2008, p. 3).

Desta forma, é possível concluir que, os conjuntos arquitetônicos, malhas urbanas, usos e apropriações do espaço, assim a forma de viver das suas respectivas e tradicionais populações formam um todo único, que deve ser contemplado como um todo indivisível e deve ser incluído nas iniciativas de preservação. Para avaliar uma intervenção urbana nos dias atuais, se deve ter como referência teórica esses principais aspectos, respeitando os consensos das discussões internacionais, além dos respectivos contextos político e econômico locais.

Cine Teatro

Segundo Amorim (2013) os cines teatros nos anos entre 1930 e 1950 foram uns dos principais equipamentos de cultura e lazer, prestigiados principalmente das famílias abastadas. No final do século XIX, muitas foram às experimentações na projeção de imagens na Europa, porém a invenção do cinema é em geral atribuída aos irmãos Auguste e Louis Lumière, que em fevereiro de 1895 patentearam o cinematógrafo. (LEAL et al AMORIM, 2013).

Quando o cinema chega ao Brasil, os espaços mais adequados às exibições eram os teatros, de forma que somente era necessária uma tela para a projeção de imagens. Os teatros, grandes ou pequenos, que realizavam essas sessões de cinema passaram a ser chamados de cines teatros. [...] Além das funções de cinema e teatro, estes edifícios eram os únicos adequados a apresentações e eventos que reuniam grande público (AMORIM, 2013).

Em julho de 1897 chegavam os primeiros equipamentos de fotografia animada no Ceará, completamente desconhecidos entre os locais e aclamados festivamente pela imprensa, dois meses se passaram até que os inusitados aparelhos escrevessem as páginas iniciais da Era do Cinema em nossa capital (BIZERRIL, 2012, p.58).

Segundo Bizerril (2012, p.36) os primeiros filmes rodados no Ceará, por autores anônimos, foram, possivelmente os filmes “Procissão dos Passos” de 1910 e Ceará Jornal datado de 1919. Depois da capital o interior também ganhou a atenção onde foi produzido o filme de Padre Cícero inaugurando sua própria estátua na cidade de Juazeiro do Norte, e a série de registros para Inspeção Federal de Obras Contra as Secas.

Nos anos 20, o cinema tornou-se, incontestavelmente, o espetáculo preferido da população. Diversos fatores contribuíram para isso. A arte silenciosa alcançava um elevado nível de qualidade, ganhando aceitação mundial e produzindo obras que se tornaram clássicas. Os filmes de longa-metragem, aparecidos a partir de 1911, eram então o padrão consagrado (BIZERRIL, 2012, p. 67).

A chegada do cinema sonoro possibilitou a continuidade da ascensão do mercado cinematográfico atraindo definitivamente o público. Os espaços que funcionavam como cine Teatro na região do Cariri estavam situados nas cidades de Crato, Juazeiro do norte e Barbalha.

Nas décadas mais recentes, com o advento de mercado aberto, a história segue os novos rumos da exibição cinematográfica no País, testemunhando o desaparecimento das salas de rua e a sua substituição por multissalas de tecnologia digital, nos atrativos shoppings centers, que ganham espaço, tanto na capital como no interior(BIZERRIL, 2012,p.77).

A pesquisa desenvolvida pela cartografia áudio visual cearense identificou cerca de 100 cineclubes no Ceará, o movimento busca tornar o circuito cineclubista um canal oficial de distribuição de obras, principalmente de produções independentes que nunca acham espaços de exibição em canais de mercado. Para Bizerril (2012) afirma que são necessárias a criação de política para o áudio visual Cearense, com a criação do Programa Cinema Perto de Você, é previsto linhas de crédito e investimentos para a construção e reformas de salas de cinema, com os objetivos: de fortalecer o segmento de exibição cinematográfica; apoiar a expansão do parque exibidor, suas empresas e sua atualização tecnológica; facilitar o acesso da população às obras audiovisuais por meio da abertura de salas em cidades de porte médio e bairros populares das grandes cidades; ampliar o estrato social dos frequentadores de salas de cinema, com atenção para políticas de redução de preços dos ingressos e descentralizar o parque exibidor, procurando induzir a formação de novos centros regionais consumidores de cinema (BIZERRIL, 2012, p.170).

Município de Barbalha no Ceará

O Município de Barbalha localiza-se na zona sul do Estado, na Microrregião do Cariri (composta pelos municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri). O processo de colonização de Barbalha confunde-se com a própria colonização da região do Cariri. A terra que habitada pelos índios Cariris da nação Tapuia, foram exterminados pelos colonizadores baianos e sergipanos. Na segunda metade do século XVIII, os índios tiveram suas terras tomadas e doadas a colonos criadores de gado, por ordem do então governador de Pernambuco, José César de Menezes, dando início à chamada “civilização do couro” no Cariri (BARBALHA, 2000, p.6). Dos traços indígenas, a região guardou heranças como próprio nome e o da Chapada do Araripe, que se referem ao nome do cacique da tribo.

A Cidade de Barbalha surgiu fundada por um casal de colonos o Francisco Magalhães Barreto e Sá e Ana Polucena de Abreu e Lima, oriundos de Sergipe, no Engenho da Barbalha, portanto em sítio particular, adquirido em 1735. Em 1790, os colonos acima citados inauguraram a Capela de Santo Antônio de Barbalha, no sítio onde hoje está a Matriz de Santo Antônio. A Capela atraiu moradores de vários lugares, que se estabeleceram no entorno da mesma, além de viajantes que lá se hospedavam, dando origem ao primeiro núcleo urbano da cidade (BARBALHA, 2000, p.6).

“Em 1888, o número de casas em Barbalha chegava a 738, das quais 6 eram sobrados; em 1910, o número chegava a 1.000 casas e 16 sobrados. As transformações urbanas a que nos referimos refletiram o desenvolvimento da produção agrícola e comercial local, na medida em que a criação de animais não se fazia tão expressiva como em outras localidades do Ceará. A criação de gado em Barbalha, em 1888, chegou a apenas 5.000 cabeças envolvendo todas as espécies. Não podemos dizer que houve em Barbalha um eminente avanço econômico, no entanto cabe destacar que no âmbito da província cearense de Barbalha, figurou dentre os espaços mais proeminentes, em face sobretudo ao acesso facilitado a certas correntes de água - Caldas, Farias, Santa Rita, S. Joaquim, Mello, Brejão, Cocos, Loanda, dentre outras, as quais, por meio das levadas, oportunizavam que a produção agrícola local tivesse melhor desenvolvimento”(FORTALEZA,2015).

Inicialmente, a freguesia de Barbalha era ligada politicamente ao Crato. Juntamente com este Município consolidou-se como polo canavieiro e grande produtor de rapadura. Em 1884, na cidade de Barbalha havia 62 engenhos que produziam entre 18 a 20 mil cargas de rapadura equivalente a 2.000 toneladas do produto. No mesmo ano, a produção de cachaça chegava entre 100 e 130 mil litros por ano. Enquanto a produção de farinha girava em torno de 800 mil a 1 milhão de litros, ainda contava com a produção de arroz, milho e feijão ultrapassava 2 milhões de litros.

Em 1846, Barbalha foi elevada à categoria de vila e o Município foi criado, desmembrando-se do Crato, a quem era subordinada politicamente. No ano de 1876 a vila foi elevada à cidade. O final do século XIX Barbalha consolidou-se como polo canavieiro, região de engenhos e com outras atividades, como o extrativismo vegetal (babaçu, lenha) e mineral (argila). A necessidade de escoamento da produção gerou uma nova classe na sociedade barbalhense: a dos comerciantes. Assim surgiram os grandes armazéns da Rua Neroly Filgueiras, sobrados de alto padrão arquitetônico que abrigavam no térreo os armazéns e vendas, e no andar de cima as residências de famílias abastadas. Num desses sobrados funcionou a primeira casa de importados do Cariri e uma das primeiras do Ceará (BARBALHA, 2000).

“A partir da segunda metade deste século, principalmente nas décadas de 60 e 70, Barbalha passou por um processo de industrialização, buscando alternativas para a crise na economia canavieira. Surgiram assim as fábricas de cimento (IBACIP), de ladrilhos cerâmicos (CECASA), a Usina de Açúcar e a unidade produtiva de soro fisiológico. Também na década de 70 foi criado o Balneário do Caldas S.A. (empresa de economia mista), visando aproveitar o potencial turístico das fontes minerais e da beleza da Chapada do Araripe” (BARBALHA, 2000).

Nos últimos anos, também o setor industrial entrou em profunda crise com o fechamento de várias fábricas, que somada à crise da agricultura nos últimos anos, tem mantido estagnada a economia da cidade, inclusive o setor turístico. A situação socioeconômica da Barbalha atual não está à altura do seu passado histórico nem do grande potencial de seus recursos naturais e humanos.

Legislação Patrimonial

No sentido legal, o patrimônio no Brasil passou a ser resguardado a partir do decreto lei nº 25 de 1937. Além de descrever os elementos que constituem o patrimônio histórico nacional, discorre sob as condições de tombamento e seus efeitos. Segundo Kühl (2005), a preservação do patrimônio “têm por objetivo fazer com

que os bens sejam usufruídos no presente e transmitidos ao futuro da melhor maneira possível” (KÜHL, 2005, p.29). Na Declaração de Quebec de 2008 (ICOMOS, 2008,p.3) são descritas algumas recomendações pretendendo contribuir nas legislações e políticas de preservação cultural, para melhor proteger o “Espírito do Lugar”, entendido como elemento fundamental na caracterização de áreas urbanas. A citada Declaração destacou que as “(...) comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade” (ICOMOS, 2008,p.2).

Segundo Choay (2000) o autor Gustavo Giovannoni (1873-1943) antecipou de “forma simultaneamente mais simples e mais complexa” as dificuldades que as diversas políticas de conservação de áreas urbanas europeias iriam encarar no futuro. Giovannoni destacou a importância do entendimento que essas áreas, portadoras de um “patrimônio urbano”, constituíam, ao mesmo tempo, monumentos e tecidos vivos, recomendando pioneiramente a inclusão desses “fragmentos urbanos antigos” num plano diretor, sem o qual não poderiam se relacionar com a vida presente, mantendo-se, no entanto, o “caráter social da população” (CHOAY, 2001; CARLOS, 2010).

A partir disto é possível identificar no projeto de lei obtido na secretaria de Obras do município, onde a proposta institui o Plano Diretor do Município de Barbalha, instrumento básico da sua política de desenvolvimento e de expansão urbana, objetivando, a partir da fixação de objetivos e diretrizes definidos no Plano Estratégico e no Plano de Estruturação Urbana, orientar o processo de transformação do Município, assegurando uma melhor qualidade de vida a seus habitantes (PDDU, 2000). Entre seus objetivos está “preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, cultural e natural”. No seu capítulo II, na seção II, subseção III descreve sobre as condições de tombamento de edificações no município. Em seu artigo 35º diz: Consideram-se edificações, obras e monumentos naturais de interesse de preservação, aquelas que se constituírem em elementos representativos do patrimônio ambiental urbano do Município pelo seu valor histórico, cultural, social, funcional, técnico ou afetivo.

Desta forma, entende-se que o bem estudado, pode ser aplicado como elemento que compõem o traçado urbano da cidade. Edificação essa que carrega em si a história da inserção do cinema e do teatro popular na vida do cearense, mais que somente um prédio antigo, entendido como elemento de memória a lei aplica-se ao prédio, levando em conta que se trata de uma edificação de caráter institucional.

Dentro do Plano Estratégico da cidade, componente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, está a proposta do componente 2, que sugere intensificar o aproveitamento turístico do patrimônio histórico e cultural. Para isso apresenta 3 ações de principais que guiarão os projetos dentro do município: Utilizar engenhos antigos como atração de visitantes; Restaurar e evidenciar prédios antigos, incluindo-os em roteiros de turistas de lazer e da natureza; Criar museu da cultura popular com bacamarteiros, bumba-meu-boi e outros elementos, além da história da festa do pau da bandeira de Santo Antônio. (BARBALHA, 2000, p.32).

O projeto 2 do componente 2 trata da Restauração e Inclusão de Prédios Antigos em Roteiros Culturais, Que visa criar opções de lazer baseadas na cultura e no patrimônio histórico para complementar e aumentar o tempo de permanência dos turistas de lazer e da natureza. A justificativa da proposta é “suportar transformação de Barbalha em centro de turismo histórico e cultural, aproveitando-se também do patrimônio histórico e cultural do Município” (BARBALHA, 2000). Os propósitos do Plano de Estruturação Urbana para o Município enfatizam os pontos essenciais, com relação ao futuro uso do solo, desenho urbano e forma da cidade, entre eles está: preservar e realçar o patrimônio arquitetônico de importância histórica, combinando o processo de tombamento, a um programa de novos usos para o conjunto de edifícios históricos, preservando também aquelas edificações importantes para a manutenção do contexto onde está inserida a edificação histórica e Promover o redesenho dos espaços públicos circundantes ao patrimônio histórico arquitetônico de Barbalha. (BARBALHA, 2000. P. 39). Ainda no plano de Estruturação Urbana há um projeto de valorização do Patrimônio Histórico da Cidade de Barbalha, que representa a oportunidade de preservar a rica arquitetura histórica do centro antigo e fortalecer a imagem da cidade, consolidando como cidade memorável da história Caririense. O processo começa por um estudo, catalogação e ações junto às entidades patrimoniais competentes (SECULT/CE e IPHAN) para tombamento das edificações históricas. A elaboração dos documentos anteriores permitiu identificar as edificações mais relevantes e traçar um perímetro de interesse histórico.

O programa de usos para essa área inclui a criação de um Circuito de Valorização do Patrimônio Histórico, na zona central, é apoiado por um sistema de espaços públicos e por um tratamento especial das vias que farão a interconexão física entre os pontos citados, incluindo arborização, sinalização e mobiliário urbano. As intervenções urbanísticas e arquitetônicas devem realçar este contexto histórico da cidade, proporcionando a cidade exibir uma qualidade contemporânea compatível com aquela de sua arquitetura histórica, sem deixar que os traços das novas gerações se percam.

“O projeto de valorização do patrimônio arquitetônico deve incluir a preservação de seu entorno, incluindo a manutenção daquelas edificações que, mesmo não tendo valor patrimonial, são fundamentais para preservação do contexto histórico em que se formou a imagem da cidade, fazendo-se necessária a demarcação de toda a área na qual se inserem os edifícios históricos de Barbalha.” (BARBALHA, 2000).

O Município de Barbalha localiza-se na zona sul do Estado, na Microrregião do Cariri (composta pelos municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri). O processo de colonização de Barbalha confunde-se com a própria colonização da região do Cariri. A terra que habitada pelos índios Cariris da nação Tapuia, foram exterminados pelos colonizadores baianos e sergipanos. Na segunda metade do século XVIII, os índios tiveram suas terras tomadas e doadas a colonos criadores de gado, por ordem do então governador de Pernambuco, José César de Menezes, dando início à chamada “civilização do couro” no Cariri (BARBALHA, 2000, p.6). Dos traços indígenas, a região guardou heranças como próprio nome e o da Chapada do Araripe, que se referem ao nome do cacique da tribo.

Inicialmente, a freguesia de Barbalha era ligada politicamente ao Crato. Juntamente com este Município consolidou-se como polo canavieiro e grande produtor de rapadura. Em 1846, Barbalha foi elevada à categoria de vila e o Município foi criado, desmembrando-se do Crato, a quem era subordinada politicamente. No ano de 1876 a vila foi elevada à cidade. O final do século XIX Barbalha consolidou-se como polo canavieiro, região de engenhos e com outras atividades, como o extrativismo vegetal (babaçu, lenha) e mineral (argila). A necessidade de escoamento da produção gerou uma nova classe na sociedade barbalhense: a dos comerciantes. Assim surgiram os grandes armazéns da Rua Neroly Filgueiras, sobrados de alto padrão arquitetônico que abrigavam no térreo os armazéns e vendas, e no andar de cima as residências de famílias abastadas. Num desses sobrados funcionou a primeira casa de importados do Cariri e uma das primeiras do Ceará (BARBALHA, 2000).

“A partir da segunda metade deste século, principalmente nas décadas de 60 e 70, Barbalha passou por um processo de industrialização, buscando alternativas para a crise na economia canavieira. Surgiram assim as fábricas de cimento (IBACIP), de ladrilhos cerâmicos (CECASA), a Usina de Açúcar e a unidade produtiva de soro fisiológico. Também na década de 70 foi criado o Balneário do Caldas S.A. (empresa de economia mista), visando aproveitar o potencial turístico das fontes minerais e da beleza da Chapada do Araripe” (BARBALHA, 2000).

Nos últimos anos, também o setor industrial entrou em profunda crise com o fechamento de várias fábricas, que somada à crise da agricultura nos últimos anos, tem mantido estagnada a economia da cidade, inclusive o setor turístico. A situação socioeconômica da Barbalha atual não está à altura do seu passado histórico nem do grande potencial de seus recursos naturais e humanos.

O Cine teatro – Localização, Entorno e Proposta

A escolha da localização do lote, leva em consideração a distribuição dos equipamentos públicos dentro da cidade. O gabarito das edificações de entorno foi relevante para identificar o prédio e como elemento de destaque, mapa de gabarito. A condição identificada no seu entorno como residencial e comercial valoriza a

localização do equipamento de lazer, o que permite o uso em variadas alternativas. Localizado no centro da cidade, o cine teatro possui uma localização privilegiada, ocupando duas esquinas da quadra, o prédio tem ao fundo a travessa Tabajara, á frente Rua do Vidéo e seu acesso se dá na esquina com a Rua Dom Pedro I. Inicialmente o prédio passa despercebido, pois na esquina que dá acesso direto a Rua do Vidéo, atualmente existe uma loja de roupas, deixando a edificação em segundo plano.

Na esquina na Rua do Vidéo (Imagem 1), funciona além da loja de roupas, uma barbearia, e no pavimento superior uma residência, o que classifica o prédio como uso misto. O traço arquitetônico que a edificação carrega predominantemente remete ao estilo Neoclássico, segundo dados obtidos na secretaria de Cultura de Barbalha, no livro de inventário da oferta Turística de Barbalha em 2013. A Rua Dom Pedro I, a partir da Rua do Vidéo até a Travessa Tabajara é destinada apenas para pedestre.

Figura 1: Cine teatro Neroly, vista da esquina da rua do Vidéo.



Fonte: acervo autora, 2019.

A via funciona como uma calçada com arborização, voltada para a Rua, onde se tem casas que não possuem calçadas, o acesso é direto na rua. O prédio pertencente à prefeitura municipal tem funcionado para atender a eventos diversos, desde institucionais a eventos particulares. O cine teatro possui a capacidade de acomodar 355 pessoas em assentos fixos no interior, ocupando o térreo e o mezanino. O prédio conta com apenas um funcionário para atender todas as necessidades da edificação. As visitas ao local devem ser previamente agendadas, sem a necessidade de nenhum pagamento de taxa. O estabelecimento funciona o ano inteiro com programação não definida, devido ao agendamento de eventos.

A edificação é datada, segundo documentos da secretária de cultura, do início dos anos 60, funcionava apenas como cinema, pertencente à propriedade particular até passar por processo de desapropriação. Em 1988 a prefeitura Municipal, através do prefeito João Hilário Coêlho Correia, inaugurou o prédio com recursos do município e o mantém desde então. A primeira citação ao prédio como pertencente ao roteiro turístico urbano da cidade de Barbalha foi localizada em mapa datado do ano de 2000, feito a mão, arquivado na Biblioteca Municipal da Cidade.

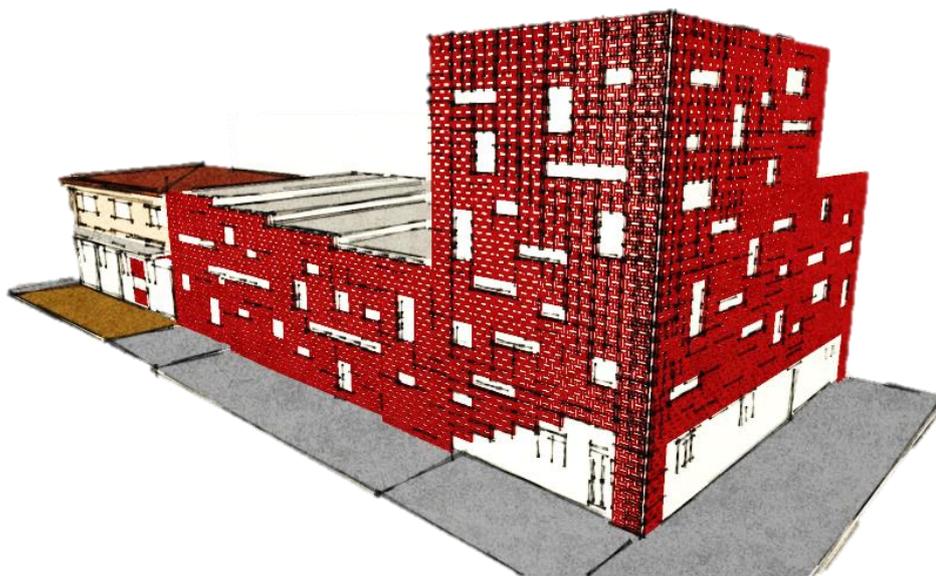
A edificação pode ser vista da entrada da cidade, o traçado das edificações ao redor não segue o mesmo gabarito, ficando visível a empena limpa desde a CE060 que dá acesso a entrada da cidade. O entorno do cine teatro, possuem edificações de caráter comercial e residencial, há restaurantes, bares, comércios, centro de exposição e locais de hospedagem, na rua do vidéo, uma das mais antigas vias do município, há casarões antigos e praça próxima. A travessa tabajara localizada ao fundo do prédio não tem fluxo de veículos constante como na Rua Do Vidéo, apenas residências com gabarito baixo. Na Rua Dom Pedro, as casas que não compartilham a calçada com o cinema têm calçadas altas e desniveladas em relação à via.

Segundo informações da Secretaria de Cultura de Barbalha, o prédio passou por reformas que não causaram interferência no desenho original do prédio, sendo feita apenas as manutenções básicas que incluíram a pintura e troca do telhado. Foram observadas durante visita preliminar para o estudo as condições que o Cine Teatro se encontra, registrado através de levantamento fotográfico as condições em que o prédio está funcionando. Com espaços sem ventilação e espaços subutilizados, o prédio permanece sempre com janelas fechadas, não atendendo regras de acessibilidade e saída de emergência. A construção de uma caixa cênica que criou uma desproporcionalidade dos volumes do prédio. Assim, tem-se um equipamento público, avariado, com poucas condições de funcionamento, onde o entorno não é utilizado pela população em geral, apenas os cidadãos que moram próximo.

A proposta visa, através da valorização e modernização do prédio atrair a população, não só do município, como das outras cidades da região do Cariri. Com uma sala de exibição para 355 pessoas, o espaço será capaz de abrigar com qualidade o público e os artistas para peças de teatro, além de ser ideal para exibição de filmes clássicos. O espaço do café na área do foyer traz o perfil de autofinanciamento, ajudando na economia e na manutenção do espaço.

A solução formal adotada no Cine Teatro Neroly Filgueiras, respeita a plasticidade e volumetria da edificação já existente, no entanto, são inseridos elementos plásticos da arquitetura local para atender condições de conforto, dando uma característica própria a edificação, deixando claro os pontos de interferência da obra, sem perder os traços que marcam a edificação. Cria uma arquitetura que dialoga com o entorno e propõe um convite para os transeuntes, através da caixa cênica que ganha destaque e chama atenção para a edificação. Assim o prédio ganha destaque em suas duas fachadas, onde o novo e o tradicional buscam um equilíbrio para manter o Cine Teatro atrativo e funcionando para o público (Figura 2).

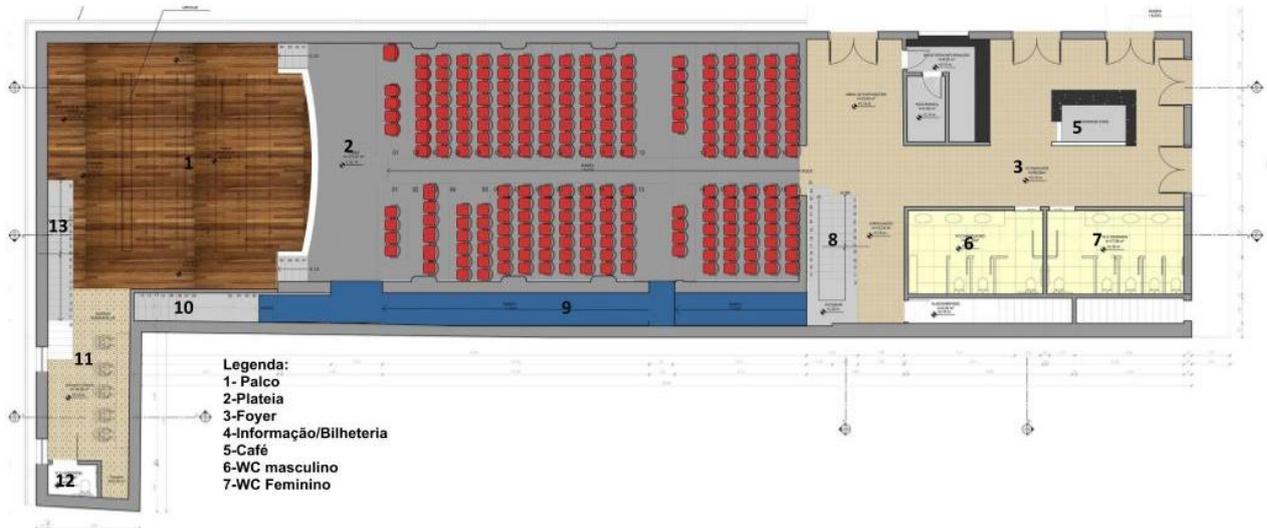
Figura 2: Proposta de Intervenção externa no Cine teatro Neroly.



Fonte: autora,2019.

A área do auditório segue a organização de um teatro italiano, que é caracterizado pela disposição frontal da plateia ao palco, o palco italiano é o mais conhecido e utilizado, dentre as tipologias existentes em que o palco fica em um nível elevado, separado da plateia, formando uma caixa "mágica". Possui palco retangular, em forma de caixa aberta na parte anterior, situado frontalmente em relação à plateia, delimitado pela boca de cena e, geralmente, de bastidores laterais, coxias, bambolinas, urdimento e cortina, além de um espaço à frente da boca de cena, chamado de proscênio.

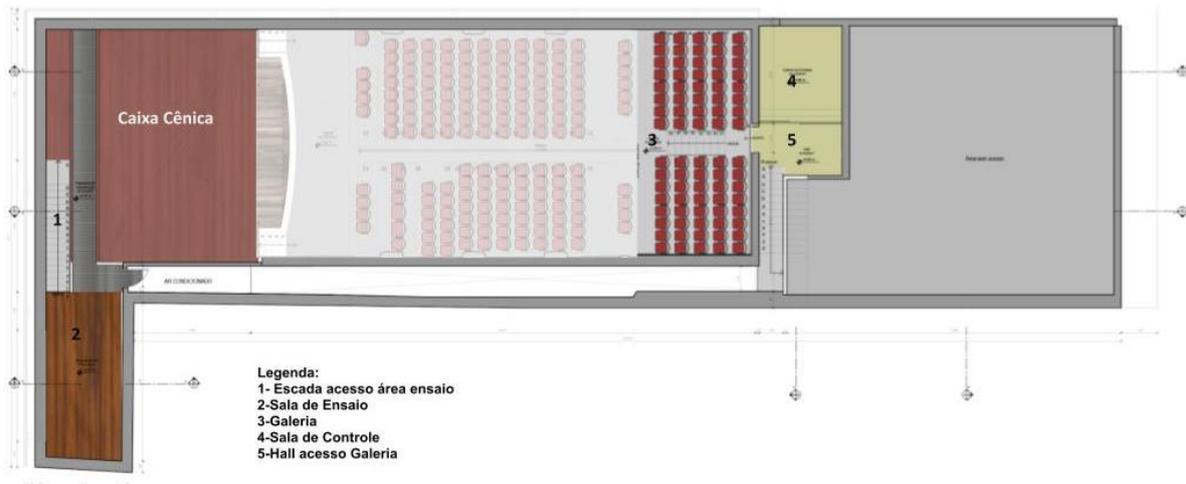
Figura 3: Proposta de Intervenção - Planta Baixa Térreo Cine teatro Neroly.



Fonte: autora,2019.

A concepção do projeto arquitetônico de auditórios se inicia com o estudo da volumetria e da geometria, no caso do Cine Teatro Neroly, houve a necessidade de “encaixar” a função a partir da forma, buscando adequá-las à arquitetura. O volume do auditório deve ser decidido em proporção à intensidade sonora que será gerada no ambiente. O formato do auditório é considerado um dos itens mais importantes do projeto e está relacionado à qualidade acústica da sala e à visibilidade do palco. Sendo assim, o estudo acústico é importante como elemento definidor de questões formais dentro de um auditório. Foi verificada a distância máxima entre a última fileira e o palco de acordo com a relação estabelecida por MEHTA, JHONSON, e ROCAFORT (1999) em que a fileira mais distante do palco deve estar a 20m para teatros. O cine teatro Neroly respeita essa distancia estando a fileira mais distante a 18,7m do palco.

Figura 4: Proposta de Intervenção - Planta Baixa pavimento Superior Cine teatro Neroly.

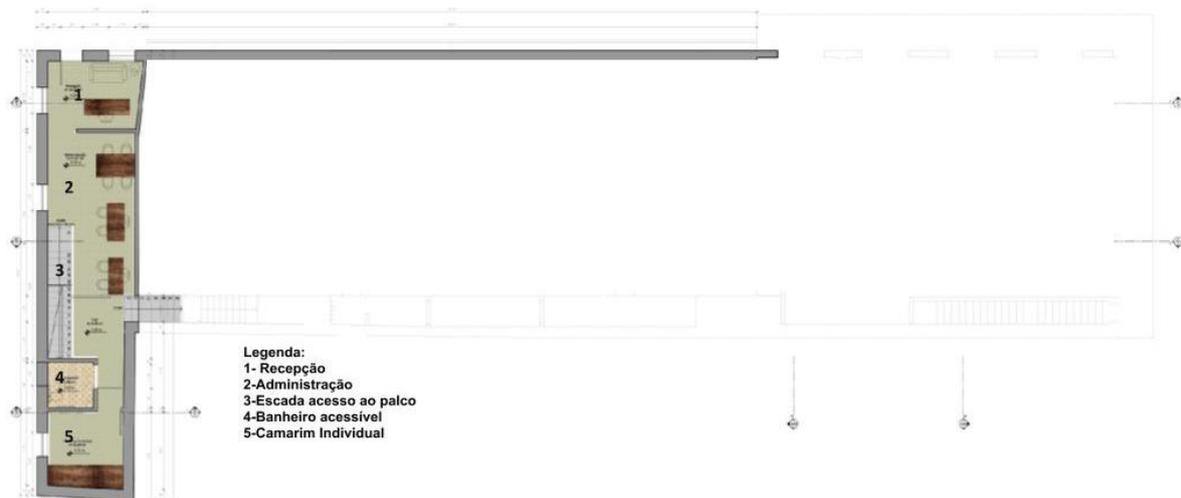


Fonte: autora,2019.

O programa de necessidades do edifício foi dividido em setores, sendo eles, administrativo, artístico, técnico, público e de Convivência. O setor administrativo encontra-se situado no subsolo, nível da Travessa Tabajara. O zoneamento distribuído de forma que as atividades dos setores se interligassem e não fossem necessárias

grandes intervenções na estrutura, mantendo a espacialidade do prédio antigo, no pavimento térreo se encontram setores público e artístico. No mezanino/ galeria comporta além do público a área para controle dos equipamentos de palco. A circulação para manutenção da caixa cênica se dá através de uma passarela metálica.

Figura 4: Proposta de Intervenção - Planta Baixa pavimento Inferior – Subsolo, Cine teatro Neroly.



Fonte: autora, 2019.

Na proposta, todas as intervenções realizadas na edificação devem estar claras ao usuário sua alteração, a espacialidade inicial foi mantida, e foram inseridos elementos que destaquem os antigos e novos de forma complementar. A caixa cênica, resultado de intervenções anteriores foi mantida, equipada para atender as necessidades das peças de palco. Foi proposta na fachada oeste uma nova parede, composta por cobogós para proteção térmica. O ritmo da fachada mostra a existência do prédio antigo, e tenta transmitir leveza antes inexistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento do trabalho, foi possível entender as definições de patrimônio, técnicas e aplicações para relacionar com o patrimônio edificado e aprofundar o debate acerca da importância da preservação de edificações de valor histórico. Onde se compreende que o uso do edifício é uma das ferramentas eficazes para preservação e valorização do patrimônio, que para isso precisa atender aos requisitos para o qual será utilizado.

Com os incentivos do Governo Federal e do Governo do estado, o Ceará está buscando se tornar um grande produtor do áudio visual brasileiro, que para esse desenvolvimento do mercado interno, está sendo investido na criação de salas de cinema e teatro, que atenda a todos os públicos de forma democrática. Embora existam leis que garantam a preservação do patrimônio, ainda há descaso com a própria história da cidade e dos prédios que fazem parte dela, mesmo possuindo arquivos de outros prédios, para localizar informações do objeto de estudo foi um desafio, pois não existe registro nos órgãos públicos que retratem sua história. .

A recuperação e reintegração de edifícios patrimoniais no cotidiano das cidades é uma questão de extrema importância e urgência. O projeto desenvolvido se apresenta como uma solução viável e positiva, que recuperaria seu uso. Devido a sua complexidade de detalhes o edifício demanda muita racionalidade e difíceis escolhas projetuais. A aplicação de soluções acústicas não foi trabalhada com maior afinco para as intervenções internas ao patrimônio, como se pretendia previamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Milena Fraga de. Proposta de restauração do Cine Teatro Jandaia. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21140>>. Acesso em: 31 maio 2019.

ARCOWEB. A&P Arquitetura e Urbanismo: Cine Teatro São Joaquim, Goiás. 2018. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/noticias/noticias/ap-arquitetura-cine-teatro-sao-joaquim-goias>>. Acesso em: 29 maio 2019.

BARBALHA (Município). Projeto de Lei de 2000. Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Barbalha, CE, 2000.

BARBALHA (Município). Projeto de Lei de 2000. Estratégia de Implementação do PDDU. Barbalha, CE, 2000.

BARBALHA (Município). Projeto de Lei de 2000. Legislação básica. Barbalha, CE, 2000.

BARBALHA (Município). Projeto de Lei de 2000. Plano de estruturação urbana. Barbalha, CE, 2000.

BARBALHA (Município). Projeto de Lei de 2000. Plano estratégico. Barbalha, CE, 2000.

BIZERRIL, Luiz (Org.). CARTOGRAFIA DO AUDIOVISUAL CEARENSE. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, 2012. 296 f. Disponível em: <<https://publiquepelaeditora.files.wordpress.com/2014/01/cartografiadoaudiovisualcearense-livrocompleto.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25 de 30 de dezembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 11 jun. 2018.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 2013, n. , p.10-68, dez. 2014. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2014/01_ArquiteturanoCeara.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

CARLOS, Claudio Antonio S. Lima. Um Olhar Crítico à Zona Portuária do Rio de Janeiro. Publicado em Bitacora 12 (2) 2010: 23-54. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. Disponível em:

CHOAY, Françoise. Alegoria do Patrimônio. Lisboa: Edições 70, 2000. 345 p. Tradução: Teresa Castro.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. Amsterdã: Congresso Do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975.

_____. CARTA DE CRACÓVIA: princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia: Polónia, 2000.

DVOŘÁK, M. Catecismo da preservação de monumentos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Foyer. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/foyer/>>. Acesso em: 31 maio 2019.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Carta de Atenas I. Atenas: Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, 1931.

FORTALEZA. Superintendência do Iphan/ce. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (Org.). DOSSIÊ DE REGISTRO: FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA. Fortaleza: Iphan, 2015. 228 f. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_pau_da_bandeira_santo_ant%C3%B4nio_barbalha.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

IBGE. Brasil em Síntese, Ceará, Barbalha, Pesquisa MUNIC - Suplemento Cultura Órgão gestor da cultura: Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://munic.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PAC Cidades Históricas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso em: 31 maio 2019.

ICOMOS (Org.). DECLARAÇÃO DE QUÉBEC. Québec, 2008. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS.

ICOMOS (Org.). Carta de Veneza. Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza, Itália. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

RIBEIRO, Rosina Trevisan M.. Projetos de Intervenção: Definições e Posturas. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia C. L. (Org.). Projeto e Patrimônio: Reflexões e Aplicações. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2016. p. 14-33.

MARYANA GIRIBOLA. Recuperação de patrimônio público. 2013. Disponível em: <<http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/32/artigo.aspx>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

RIBEIRO, Rosina Trevisan M.. METODOLOGIA DE PROJETO DE RESTAURO E OS LIMITES DA INTERVENÇÃO. 2003. Disponível em: <http://www.rb.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2004/FCRB_MemorialInformacao_RosinaTrevisan.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019..

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. R. Cpc, São Paulo, v. 1, n. 1, p.16-40, nov. 2005.